

PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA VERTENTES DO RIO GRANDE - CBH GD2

1 Ata da 1ª Reunião Extraordinária realizada no dia 23 de junho de 2021

2 Aos 23 de junho de 2021, às 13h e 30 min, o Comitê da Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio
3 Grande - CBH GD2 realizou a 1ª Reunião Extraordinária do ano de 2021 e a 4ª Reunião de
4 Trabalho, por Videconferência pela plataforma google meet. Participaram on line os seguintes
5 conselheiros titulares e suplentes: Representantes do Poder Público Estadual: Márcio Heitor
6 Stelmo da Silva (SES/MG), Reginaldo da Silva Alves (IEF), Eduardo Araújo Rodrigues (IGAM),
7 José Jorge Pereira (IGAM); Representantes do Poder Público Municipal: Gustavo Alvarenga
8 Rodrigues (Prefeitura Municipal de Lavras), Márcio Ladeira (Prefeitura Municipal de Prados),
9 Washington Ângelo de Souza (Prefeitura Municipal de São João del-Rei), Paulo Henrique Dias
10 Campos (Prefeitura Municipal de Carandaí); Representantes dos Usuários de Recursos
11 Hídricos: Lucas Passos de Souza (SAAE-Oliveira), Izaías Cláudio Mendes de Oliveira (AMG
12 Mineração), José Eli de Souza (COPASA), Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG); Representantes
13 de Entidades da Sociedade Civil: Sálvio de Macedo Silva (UFSJ), Maria das Graças Alves
14 Costa (IFSudeste – MG), Adriano Valério Resende (Ong IRIS), Paulo César José Giarola
15 (ARPA – SJDR) Convidados (as): Ana Carolina Assis Viana (Prefeitura Municipal de Oliveira),
16 Thaísa Inácia de Moura (Prefeitura Municipal de Prados), Álvaro Fonseca. A pauta da reunião
17 contou com os seguintes pontos: 1) Abertura e verificação do quórum pelo Presidente; 2)
18 Aprovação da Ata da 47ª Reunião Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2021; 3) Minuta da
19 Deliberação Normativa Nº 34, de 23 de junho de 2021, que aprova a criação da Comissão
20 Eleitoral para renovação de membros do Comitê de Bacia Vertentes do Rio Grande – GD2
21 mandato 2022 - 2026; 4) Apresentação da palestra: “Enxergar o Meio Ambiente de
22 forma integral” (Ms. Eng. Gustavo Alvarenga Rodrigues); 5) Assuntos Gerais; 6) Encerramento.
23 Assuntos em Pauta: 1º Item de pauta. Foi verificado o quórum através de chamada e o
24 Presidente do Comitê, Gustavo Alvarenga Rodrigues, deu início a reunião. Logo após passou-
25 se para o 2º item da pauta, a aprovação da ata. Ele sugeriu aos participantes que seria
26 desnecessária a leitura da mesma, pois foi enviada por e-mail para os conselheiros. Com
27 relação à ata se tivessem algum acréscimo que o fizessem naquele momento e os que se
28 mantivessem como estão para a aprovação. A aprovação da mesma foi feita por unanimidade.
29 Em seguida passou-se para o 3º item da reunião: a Minuta da Deliberação Normativa Nº 34. O
30 Presidente Gustavo comentou para plenária que parte da comissão já estava preenchida com
31 duas vagas, o Poder Público Estadual, o conselheiro Reginaldo, a Sociedade Civil com o vice-
32 presidente Adriano e faltavam duas vagas para preenchimento. Em seguida, ele perguntou
33 para plenária se alguém se dispunha à vaga do segmento Poder Público Municipal e do
34 segmento Usuários. O conselheiro Eduardo (IGAM) solicitou a palavra para lembrar primeiro
35 da importância dos conselheiros no processo eleitoral e do seu papel na comissão para a
36 fiscalização e acompanhamento junto ao IGAM. O órgão coordena o processo, mas a comissão

37 acompanha o recebimento, a conferência, a análise dos documentos e recursos, etc. É um
38 trabalho simples, não é complicado. O presidente concordou e ressaltou que como é o IGAM
39 que vai estar na Gerência desse grupo, acredita que será um trabalho tranquilo. O conselheiro
40 Izaías (AMG) relatou que em conversa com o conselheiro Robson (LafargeHolcim) por telefone,
41 que ele se dispunha a completar a vaga do segmento usuários. O Conselheiro Paulo Henrique
42 (Prefeitura Municipal de Carandaí) também se manifestou pelo “chat” e se dispôs a compor a
43 vaga do Poder Público Municipal. Desta forma, a comissão ficou composta pelos seguintes
44 representantes: Poder Público Estadual: Reginaldo da Silva Alves (IEF); Poder Público
45 Municipal: Paulo Henrique Dias Campos (Prefeitura Municipal de Carandaí); Usuários de
46 Recursos Hídricos: Robson Rodrigues Carneiro (LafargeHolcim Brasil S.A.) e Entidades da
47 Sociedade Civil: Adriano Valério Resende (Ong IRIS). Na seqüência passou-se para o 4º item
48 da reunião: Apresentação da palestra “Como enxergar o meio ambiente de forma integral
49 (Holística)”. O palestrante, o presidente Gustavo comentou que baseado em dados científicos,
50 vamos replicar, inclusive com os comentários da reunião do Fórum Mineiro de Comitês de
51 Bacias Hidrográficas que ocorreu ontem, que é a proposta do comitê e tem diversos segmentos
52 debatendo, deliberando sobre as questões hídricas. “Sem exagero nenhum ou fatalismo”, os
53 dados apresentados pela CEMIG, ontem dia 22, no FMCBH, com dados muito precisos e com
54 a citação dessa frase: “Nós não temos só uma crise hídrica” “Nós temos uma crise ambiental”.
55 Essa frase foi difundida no Fórum, inclusive o Coordenador Marcos Vinícius Polignano replicou.
56 Com relação a esse trabalho de meio ambiente e recursos hídricos a gente precisa deixar de
57 lado o orgulho, a soberba e essa postura de competição natural que a gente tem. E a palavra
58 equilíbrio deveria ser sinônimo de holístico. Essa palestra vai ser uma síntese sobre: água,
59 cobertura vegetal, políticas públicas e algumas imagens para análise. Fez uma citação do
60 Professor Henrique Lobo, com dados científicos, sobre a situação do Mínimo Solar, que a cada
61 100 anos temos uma menor intensidade dos raios solares e com isso há uma maior intensidade
62 de outros tipos de raios cósmicos. Além do decréscimo da vegetação, aumento populacional e
63 aumento da poluição, mais a pandemia da Covid, estamos na época do Mínimo Solar. Com
64 relação às outorgas que nós tivemos aqui no GD2, esse slide a seguir ilustra bem sobre o nosso
65 procedimento nas outorgas de rebaixamento de lençóis com o diagrama dividido em 3 partes:
66 Conhecimento empírico, Científico e Filosófico (político). O que isso tem a ver com outorga? O
67 conhecimento empírico para nós no processo de outorga seria a visita técnica “in loco”. O
68 empirismo não se conquista através dos livros e é fundamental vivenciar os ensinamentos. Se
69 nós tivéssemos feito essa visita técnica e tivéssemos o conhecimento empírico dessa outorga,
70 saberíamos antes da reunião da plenária que existia uma coletividade, poços artesianos,
71 legalizados ou não, também saberíamos a postura da população com relação ao
72 empreendimento. O item científico numa outorga seria o Plano Diretor, os dados científicos, as
73 leis que regeriam a outorga. Dentro desse Conhecimento Científico e do Plano Diretor surgiu
74 uma frase no nosso comitê, que é assim “a outorga é feita à luz do Plano Diretor”. A luz do
75 Plano pode ser difusa. O conhecimento é a síntese do que é Empírico, Científico e Filosófico.

76 Onde entra o Filosófico na história da Outorga? É a Lei Nº 9.433, onde a prioridade para o uso
77 da dos recursos hídricos na bacia é para o abastecimento da população. É fundamental
78 vivenciar o conhecimento, estar em campo. A visita técnica seria o conhecimento Empírico, os
79 dados Científicos o Plano Diretor e o conhecimento Filosófico-Político a postura do comitê. Ele
80 apresentou as quatro expressões importantes que afetam o meio ambiente de forma integral:
81 uma correta política de colonização, isso tem a ver com o segmento Poder Público Municipal,
82 Secretaria de Obras, regulação urbana e que está conectado com a ocupação humana
83 irregular, além da força do capital e a política do lucro máximo. O somatório de todos esses
84 comportamentos são ligados diretamente a: poluição do ar, da água, perda da biodiversidade,
85 da cobertura vegetal, a criação de grandes aterros e camadas atmosféricas são atingidas.
86 Dentro desse mesmo tema não dá para dividir, separar gestão ambiental de recursos hídricos.
87 Trazer para o comitê questões relacionadas à revitalização da bacia, questões sociais com foco
88 em recursos hídricos. O conselheiro precisa ter uma visão integral. Precisamos criar efetivas
89 realizações no sentido do “bem estar comum”, equalizando, equilibrando o meio ambiente. O
90 Comitê não é um “puxadinho” de empresas, da mineração, de interesse privado. É um órgão
91 colegiado, deliberativo e faz parte do Estado. Trabalhar objetivando o bem comum. O caminho
92 é a Educação com a inserção de boas informações. Dando seqüência, ele exibiu fotos de áreas
93 desérticas dos Andes e da Argentina. “Importante é visitar a insalubridade de uma área
94 desértica, para dar valor à saúde de uma área arborizada e com recursos hídricos. Comparou
95 a importância da vegetação nativa, da riqueza e do reflorestamento nos CBHs com a área
96 desértica de vegetação nativa que foi suprimida, o “boom” agrícola e a variação climática com
97 aumento da temperatura. Também comentou sobre a fiscalização nos CBHs que poderiam ser
98 feitas com moto-brigadas, o uso de drones e aviões. Logo depois exibiu o diagrama do mapa
99 biomas do III Seminário Anual do MapBiomas, três décadas de transformações do território
100 brasileiro. Qual a redução, a perda de vegetação nativa e cobertura vegetal entre 1985 e 2017?
101 Questionou ele! Apresentou os valores de perdas, de desbaste, desgaste que ocorreu nesses
102 anos significamente. Fez um paralelo de uma radiografia pulmonar de um paciente de Covid
103 com a raça humana atuando como vírus, bactérias desgastando a nossa superfície em
104 vegetação natural. Apresentou gráficos de disponibilidade hídrica com os percentuais e
105 destacou que a água é um mineral que permite ser reutilizado, temos em quantidade, mas não
106 em qualidade. Ele citou uma frase que usou várias vezes em reuniões passadas: “A área que
107 a gente vê, mostra as possibilidades de deteriorização da área que a gente tem.” Em seguida,
108 Apresentou dados demográficos, segundo o censo de 2012, comparando as áreas do GD1 e
109 GD2. Eles tem basicamente o mesmo Plano Diretor, são áreas análogas, e num efeito cascata
110 é interessante atuar em parceria com o GD1, porque é um produtor de água e que ambos são
111 áreas de cabeceira. Os dois comitês, em área total, curiosamente é maior que muitos países.
112 É muito importante ouvir os segmentos na área de gestão hídrica. Ele citou mais algumas
113 frases: “Está na hora do Poder Público Municipal assumir seu papel.” “A água é mais importante
114 do que o voto.”, “o eleitor que não tiver água, não tiver saúde, não chega à urna.” “Não existe

115 situação economicamente mais favorável, nem matematicamente mais positiva, que uma Bacia
116 Hidrográfica Saudável.” A boa qualidade da água reflete no custo com a saúde.” Qualquer
117 situação relacionada aos Recursos Hídricos ou Meio Ambiente está ligada à Saúde Pública!” “
118 Os municípios são os responsáveis pelos seus zoneamentos, falamos sobre a importância das
119 Prefeituras aqui no GD2/GD1, desde os inícios dos trabalhos em meados dos anos
120 2004/2005/2006”. “O Poder Público Municipal é fundamental para a Gestão de Recursos
121 Hídricos!” “Precisamos alinhar o CBH GD2 com os trabalhos do Conservador da Mantiqueira
122 e com a The Nature Conservance, o CBH GD2 precisa aprofundar mais nos itens:
123 Monitoramento e Revitalização da Bacia Hidrográfica”. Dando sequência falou sobre as funções
124 cognitivas que podem ser prejudicadas pela insalubridade da água! Uma boa qualidade de
125 água otimiza a sinapse das atividades cerebrais. Uma boa gestão hídrica vai nos dar melhores
126 condições de saúde, condições humanas e a uma boa qualidade da água são questões ligadas
127 às funções cognitivas. Isto vale para a Copasa, com uma grande responsabilidade de ser uma
128 concessionária. Das quatro expressões citadas anteriormente, primeiramente falou da
129 ocupação humana irregular com fotos de um loteamento em topo de morro, onde é área para
130 reflorestamento por causa da recarga de chuva. Sobre a política de lucro máximo, mostrou
131 fotos de lixo espalhados em beira de estrada e também áreas rurais. Esse tipo de parasitismo
132 é presente na nossa bacia, o desmatamento, as atividades predatórias, inclusive a pesca nos
133 períodos de piracema, a violência, a falta de higiene e saneamento. Cabe aos CBHs ajudar na
134 conscientização, informação e incentivar a educação no que tange aos Recursos Hídricos e ao
135 Meio Ambiente de forma Integral. Apresentou fotos de construção civil em obras de estradas
136 na para ilustrar a intervenção em lençóis freáticos com a denominação de “retirada de solo
137 mole”. Isso é uma representação da força do capital sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica.
138 A força do capital e os Codemas. “Não existe uma situação no Codema onde o Meio Ambiente
139 leve a vantagem.” O Codema está para sanar, diminuir, atenuar impacto ambiental. Alguns
140 municípios não tem estes órgãos mais ativos. Depois falou sobre a Gestão Ambiental, Recursos
141 Hídricos e Gestão de Saúde Pública. A relação água, solo, planta. As “Algas” em água doce ou
142 água salgada são responsáveis pela produção do maior percentual de oxigênio que respiramos.
143 Isso é para ressaltar a importância da gestão hídrica na produção de oxigênio. A importância
144 de uma água de qualidade. Apresentou duas expressões que foram citadas em fóruns
145 passados e que colaboram para a degradação ambiental: “Excesso de formalismo jurídico”,
146 “Prioridade do papel ao caráter” depois falou da questão governamental. Fez a analogia de um
147 corpo humano comparando com as esferas do governo. O Poder Público Federal seriam dos
148 ombros para cima, o Poder Público Estadual que tem mais órgãos seria o tronco e o Poder
149 Público Municipal seriam as pernas. Declarou que o IEF tem boa arrecadação, mas é o Fhidro
150 que custeia o Bolsa Verde. Logo a seguir falou sobre o Poder Público Municipal e a
151 aproximação das Prefeituras. Falou dos benefícios da arborização urbana, de reflorestamento
152 para o agronegócio e para a gestão hídrica na região, mas também dos problemas com
153 resíduos químicos urbanos que percolam para os lençóis freáticos que ocorrem dentro do limite

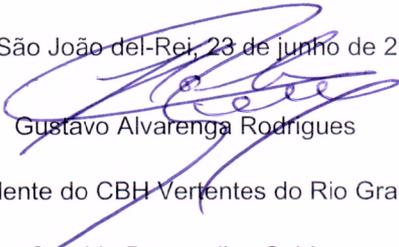
154 municipal. A Força do capital e os Codemas. O desenvolvimento vertical com menor qualidade
155 vida com relação a prédios e o horizontal com desmatamentos em área maior dentro do
156 município, fora os loteamentos, APPs, cursos de água. Tudo isso somado há um aumento de
157 área de superfície impermeável. Correta política de colonização! Citou mais uma frase: parece
158 que a postura atual é “Construir primeiro e regularizar depois, mas se não regularizar melhor,
159 porque não paga impostos.” Repensar sobre várias questões sobre as cidades. A Arborização
160 e qualidade: saúde, equilíbrio, bem estar com edificações baixas. A existência de prédios altos:
161 aumenta a densidade populacional, diminui a luminosidade, a circulação de ar e a qualidade
162 de vida. Topografia plana: predisposição a entupimentos de rede pluvial por acúmulo de folhas.
163 Os percentuais de doenças respiratórias nessa situação são menores porque a umidade
164 relativa do ar aumenta com a arborização. Sobre o saneamento dentro dos municípios temos
165 projeto de captação pluvial e projeto de coleta de esgoto. Existe saturação, rompimento e
166 existem focos de zoonoses. O saneamento e a forma que estamos jogando estes resíduos nos
167 rios, é muito importante este item. Em seguida mostrou um quadro com questionamentos sobre
168 o assunto citado anteriormente: Quais municípios estimaram em seus projetos originais a
169 expansão, desenvolvimento e e estão atualizados? A Limpeza periódica de fossas sépticas na
170 periferia e zona rural, de margem de represa? A inspeção periódica nestes sistemas? As Idéias
171 para o Poder Público Municipal. O “Somatório de pequenos delitos” que não passam pelos
172 CBHs e são de responsabilidade das Prefeituras e Polícia Ambiental, causam danos “ muito
173 maiores e constantes” na Bacia que em uma PCH ou UHE? As descargas clandestinas de
174 resíduos, supressões de árvores, loteamentos às margens de cursos d’água, etc. O Segmento
175 Poder Público Municipal seria a chave para equilibrar o meio ambiente com a aproximação dos
176 comitês de Bacias Hidrográficas e Prefeituras? Os CBHs devem criar “Agendas Verdes” e
177 fomentar a criação de viveiros municipais. A relação água, solo e planta seriam fundamentais
178 para saúde da bacia em função de um reflorestamento significativo? A Arborização aumenta a
179 probabilidade de chuvas e a “umidade do ar”, item de suma importância para uma melhor
180 qualidade e saúde pública. Criação de Viveiros IEF e mais Viveiros Municipais teríamos
181 reflorestamento duplicado? Criar consórcios municipais para custear “moto-brigadas”
182 proporcionando monitoramentos, fiscalização presencial e constante na Bacia Hidrográfica
183 seriam a solução? Temos que ter uma postura em relação ao que foi citado anteriormente. Não
184 devemos aceitar a pressa como rotina! Não nos escondermos! Não aceitar a escravidão do
185 relógio! Tenha o tempo como aliado! Melhor postura. “Sem pressa, nem pausa...” Que nossas
186 situações sejam assertivas. Qual seria a turma do conceito “A”? É quem se preocupa com o
187 meio ambiente de forma integral. Primeiramente, Iniciar os trabalhos de conscientização
188 sozinhos, e mudar a própria opinião, somente depois dessa batalha interna, agir a favor do
189 coletivo. Preservar o quê? Precisamos entender que o objeto a ser preservado realmente é a
190 raça humana. O lema é “Salve o Homem” e quando eu falo que “A questão é moral e não
191 ecológica” é porque o comportamento do homem não dá uma projeção muito boa para o futuro.
192 O governo precisa ser capacitado, principalmente nos membros inferiores. E finalizando

193 destacando: “Realmente a questão está mais para moral do que ecológica. A correta política
194 de colonização precisa ser instalada. Existe um sistema que foge à democracia, ao comunismo,
195 foge a qualquer outro tipo de governo. É um sistema Sinárquico, onde “O Homem é a riqueza”,
196 “Criar líderes espiritualizados” e a velha frase da agricultura “A semente é a esperança da
197 colheita.” A gente precisa criar um governo horizontal, regional, não corrupto, e perfeitamente
198 interconectado entre as regiões. Focar nos estudantes e nas escolas, realmente conscientizar
199 através da ferramenta ensino esses jovens com qualidade de informação. Um ambiente
200 universitário atual é o reino do ego, “eu sou”. Deveria ser “nós somos e podemos ajudar”. “O
201 Orgulho é visto como qualidade na sociedade e deveria ser a humildade no lugar. Duas formas
202 de melhorar a situação: a solução seria repartir a tecnologia, mas isso os países desenvolvidos
203 não tem essa intenção. O comportamento ecologicamente correto é um paliativo, mas a
204 solução é temporária. Temos que ter esperança, mas o cenário não é muito positivo. Entender
205 pelo menos um desses conceitos citados: o conceito da não violência, promover um bem
206 melhor, a fusão entre Ciências Exatas e Ciências Humanas e as funções da água no corpo
207 humano. E questionou com imagens das áreas do GD1 e GD2. “Você prefere viver em uma
208 região com ou sem saúde? Com ou sem árvores? Com ou sem águas?” Nós temos uma riqueza
209 e precisamos conservá-la. “Ou assimilamos novos conceitos científicos e morais ou entraremos
210 em outro colapso!” Dessa vez pelo desequilíbrio de recursos naturais. O conselheiro Eduardo
211 comentou a respeito das citações feitas sobre a redução e o crescimento de florestas, água,
212 uso do solo, gestão pública nas três esferas, gestão no modelo brasileiro de municípios,
213 estados e federação. Cada uma dessas coisas tem uma particularidade que a gente tem que
214 entender. Discorreu sobre os tipos de cobertura vegetal do planeta e as suas mutações até o
215 presente momento. Falou sobre a ação do homem interferindo na natureza. A seguir, citou
216 dados a respeito da disponibilidade hídrica para o ser humano. Frisou que existe uma certa
217 percepção equivocada de que a maior parte de água que existe está nos cursos d’água. Ela
218 está mais disponível, mais fácil de acessar. O homem se concentrou exatamente onde existe
219 menos disponibilidade, causando impacto e poluindo estas fontes de recursos hídricos. Isso é
220 falta de gestão, organização e planejamento. E por fim, se referindo à questão da fiscalização,
221 destacou a criação de um programa de “software”, denominado “SIGA” de monitoramento de
222 gestão hídrica, que a ANA e o IGAM estão trabalhando na Bacia do Rio Doce como plano piloto
223 e que brevemente estará disponível. O presidente Gustavo fez um comentário a respeito do
224 aumento do contingente populacional do planeta que é de 7,8 bilhões de habitantes. A ação do
225 homem pode não ser muito expressiva hoje, mas amanhã poderá ser e a gente pode estar com
226 9 ou 10 bilhões. Vai se tornar um fator preocupante e uma questão de tempo. O conselheiro
227 Paulo Henrique (Prefeitura de Carandaí) perguntou sobre as dificuldades enfrentadas pelo
228 Poder Público Municipal. O presidente Gustavo respondeu que o segmento são as pernas do
229 governo, tem que ser capacitado e aparelhado o mais rápido possível. Ele exemplificou, um
230 município com 100.000 habitantes e no comitê ele tem um representante, uma cadeira do
231 segmento representando esse contingente. É um segmento que precisa trazer esse pessoal

232 para dentro do comitê. Ainda tem um caminho para aferir essa questão do Poder Público
233 Municipal. O Eduardo fez comentários sobre a fiscalização de campo, que ela ajuda, mas hoje
234 existem monitoramentos por satélite com resoluções cada vez melhores e detectam impactos
235 mais significativos em escala cada vez menor. E lembrou sobre a questão da
236 municipalização, dizendo que nós não estamos errados em relação à gestão hídrica e sim na
237 gestão político-administrativa. Se não for feita a reforma administrativa lá no Congresso
238 Nacional no pacto federativo não vai adiantar nada. Não é só capacitar município, é participar.
239 Capacitar é uma decorrência natural. O mais importante é que funcione direito. O conselheiro
240 José Jorge (IGAM) parabenizou pela apresentação e comentou sobre a amplitude de visões
241 mostrada. Ele disse que o princípio é equilibrar usos e zonear. A gente conseguiria muito dar
242 usos e equilíbrio com isto. Sobre a questão vegetal existem limitações químicas e físicas
243 que interferem no avanço de certos tipos de vegetação. Em relação aos estudos conduzidos,
244 às vezes, não retratam a realidade porque existem limitantes. Também comentou sobre a
245 inserção de conhecimentos para embasamento dos conselheiros, sobre os efeitos da ocupação
246 do homem que não considera tão impactante, mas sim a transformação que nós geramos. E
247 finalizando falou sobre a recarga nos tipos de superfícies e sobre os municípios disse que uma
248 participação mais efetiva dos conselheiros é chave para um ambiente equilibrado. “O Eduardo
249 aproveitou a fala do José Jorge e comentou que “um homem pode poluir um manancial inteiro”.
250 Também disse que devemos criar uma cultura de valor para a água no meio ambiente. Houve
251 um tempo que o produtor rural era o grande degradador do meio ambiente por condição e não
252 por natureza e atualmente é o maior interessado. O conselheiro Reginaldo (IEF) solicitou a
253 palavra, parabenizou pela palestra. Você citou uma série de aspectos do mau uso de qualquer
254 bacia e trazer para a nossa. Fez comentários sobre a realidade do comitê referente às
255 dificuldades de se entender porque a gente não avança. Em 10 anos a gente não avançou
256 nada. O que a gente avançou foi fazer, carimbar outorga, legitimar intervenção e não sabe a
257 dimensão disso. A gente atua confiando conforme as normas e regulamentos. O conselho é
258 reativo e é o reflexo da sociedade que não está organizada e está em outro mundo fora da
259 realidade. É nossa inação, inoperância. Não estou buscando culpados. A gente tem que buscar
260 uma pauta mínima para ir ao encontro dessas necessidades básicas. Somos chamados para
261 dar o aval para alguma coisa. O comitê vivia a reboque do poder público e do capital. Ficamos
262 muito no tecnicismo e burocracia. Em seguida comentou também sobre uma série de
263 interpretações das leis no Decreto 4.779 para autorização de barramentos com uma simples
264 declaração e um CAR e sobre a supressão de 15 árvores nativas sem justificativas desde que
265 seja de uso antrópico. Deixou de ser vegetação para cumprir algum interesse. O Presidente
266 Gustavo frisou “eu acredito na ferramenta comitê de bacia como forma positiva para o equilíbrio
267 do ambiente e dos recursos hídricos”. O Eduardo pediu a palavra novamente para comentar
268 sobre a fala do Reginaldo, dizendo que ele está muito enganado. Você está misturando pautas,
269 assuntos, temáticas legais. A legislação que você falou que modificou, do IEF, de recursos
270 hídricos mudou muito pouco em termos de ato autorizativo e esses usos que eu acabei de

271 explicar, exemplificar, já são considerados assim há muito tempo e são de 2002. A gestão de
272 recursos hídricos não está esse caos, essa desordem. Ela é muito bem planejada. Temos
273 levantamento com muitas informações. Você está falando sobre supressão de vegetação
274 nativa, de intervenção em APPs, que é outra coisa diferente, não tem nada a ver com balanço
275 hídrico, com comitês e sim com Conselho Municipal, Copam. Eu só queria alertar, não
276 discordando de muitas coisas que você falou, pelo contrário, pelo tipo de condução que você
277 tomou. Eu me coloco a sua disposição e de outros conselheiros para que a gente nos provoque
278 para melhor, para nos capacitarmos mais e melhor. E finalizando o último item: Assuntos
279 Gerais: Não houve informes. ENCERRAMENTO: E finalizando a reunião, o Presidente
280 Gustavo agradeceu a participação de todos e comentou que a reunião de hoje cumpriu o papel
281 do comitê. É um ambiente democrático para debate, focado na gestão de recursos hídricos. E
282 esse tipo de informação e de diálogo só vem enriquecer o nosso trabalho. De mais a mais
283 qualquer conselheiro que quiser fazer uma palestra e usar este espaço para transmitir
284 conhecimento de qualidade está aberto. Um comitê de bacia hidrográfica é um espaço
285 democrático. Ele fez as considerações finais e encerrou a reunião. Eu, Laércio Antônio Chitarra,
286 Auxiliar Administrativo CBHGD2, lavrei a presente ata, aos 23 de junho de 2021, sendo
287 posteriormente encaminhada aos membros do Comitê GD2 para aprovação na reunião plenária
288 seguinte.

São João del-Rei, 23 de junho de 2021.



Gustavo Alvarenga Rodrigues

Presidente do CBH Vertentes do Rio Grande

Geraldo Demeralino Sabino

1º Secretário do CBH Vertentes do Rio Grande